



ULBRA
CAMPUS TORRES

ISSN 1678-1740

**<http://ulbratorres.com.br/revista/>
Torres, Vol. I - Novembro, 2016**

Submetido em: Jul/Ago/Set, 2016

Aceito em: Out/2016

PERSPECTIVAS DA PSICOPEDAGOGIA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR

Edinara Silveira Zambrano¹

Rosane Cardoso Pereira²

Resumo

A educação em todas as suas esferas é a pedra angular de uma sociedade bem desenvolvida, assim, olhando pelo enfoque do ensino superior a universidade é um agente de transformação social, pois possibilita que cada novo profissional que ingressa no mercado de trabalho modifique estruturas sociais. Portanto, para que se tenham profissionais qualificados é fundamental que o ensino universitário ofereça o suporte necessário para o desenvolvimento pleno do acadêmico. Neste sentido, há a preocupação por parte dos órgãos reguladores de garantir um ensino de excelência, conseqüentemente, não podemos negar as dificuldades existentes dentro das universidades no que diz respeito à questão da aprendizagem dos universitários. Ressaltamos aqui a função do psicopedagogo no atendimento ao Ensino Superior, prevenindo e intervindo nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, e pedagógicos do acadêmico, oferecendo suporte e atuando sobre os múltiplos fatores que possam interferir no seu desenvolvimento integral, nas questões ligadas a aprendizagem.

Palavras-chave: Educação superior. Psicopedagogia. Processo de ensino aprendizagem.

Introdução

Atualmente a Educação Superior passa por um momento de transformação, cada vez mais cresce a procura para ingresso no ensino superior, neste sentido, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) estabelece parâmetros por meio de lei, diretrizes e instrumentos de avaliação para que seja garantida a qualidade de ensino nas universidades.

À medida que aumenta o número de ingressantes dentro das instituições de ensino surge à preocupação, por parte da mesma, de oferecer uma educação que desenvolva competências e habilidades para a formação profissional necessária ao

mercado de trabalho. Dentre os desafios das universidades brasileiras, destaca-se a democratização, a descentralização, o equilíbrio regional e a melhoria das condições de permanência para os alunos na universidade, este é o mais significativo, pois um número significativo de alunos evade no primeiro semestre letivo, devido às

¹ Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Coordenadora de Ensino – ULBRA Campus Torres. edinara@msn.com - <http://lattes.cnpq.br/7470224633742869>
² Pedagoga. Orientadora Educacional, Mestre, Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia ULBRA - Campus Torres. rosane.pereira@ulbra.br - <http://lattes.cnpq.br/0197722376393764>

dificuldades que o acadêmico depara-se ao longo do curso, estas quando não solucionadas muitas vezes, levam os discentes a desistência da sua graduação.

Mas, dificuldade não é sinônimo de impossibilidade. O trabalho do psicopedagogo é olhar e buscar compreender como o universitário aprende, e identificar práticas interventivas adequadas ao nível superior. No diagnóstico das dificuldades, as dimensões cognitivas, afetivas e sociais são observadas pela apresentação do motivo principal, incluindo-se a fala do estudante em relação ao problema exposto, às suas peculiaridades oriundas do meio externo e, principalmente, às normas e ao currículo da instituição de ensino, assim como a importância de um olhar do psicopedagogo para mostrar ao estudante que ele tem capacidade de compreender, de interpretar, propiciando-lhe instrumentos que o conduza a isso.

Deste modo observamos que a psicopedagogia apresenta uma importante ajuda no campo da aprendizagem, uma vez que o trabalho psicopedagogo na instituição de ensino contribui para superação das dificuldades de aprendizagem do discente e auxilia os docentes na relação ensino-aprendizagem. Portanto, “vale dizer que a psicopedagogia tem como o compromisso contribuir para a compreensão do processo de aprendizagem e a identificação dos fatores facilitadores e comprometedores desse processo.” (BOSSA, 2007, p. 57).

Para ter a compreensão do assunto abordado, inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica referente ao tema em questão, na mesma foi apresentada a história da educação superior no Brasil até a atualidade; seguida as dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos e, ainda a contribuição do profissional de psicopedagogia dentro da universidade. Diante dos aspectos apresentados, surge a inquietação para este tema, pois ao buscar subsídios bibliográficos referentes ao trabalho do psicopedagogo no ensino superior, uma escassa fonte literária foi encontrada. É neste sentido busca-se nesta pesquisa, contribuir para sanar/diminuir esta dificuldade e também futuramente, esta pesquisa poderá ser objeto de pesquisa para outros pesquisadores a refletirem como pode ser prevenido e/ou tratado tais dificuldades.

Desenvolvimento

Para termos a compreensão do assunto o presente artigo aborda a atuação do psicopedagogo na instituição de ensino superior, visto que as dificuldades de aprendizagem aparecem ao longo dos anos da vida acadêmica do discente. Conhecendo os alunos, suas características, potencialidades, suas formas de entrar em contato com a aprendizagem, seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico, no decorrer do curso, é necessário prevenir crises, dificuldades, sanar defasagens, para que realmente esses alunos tenham sucesso na vida profissional. Nesse sentido a função do psicopedagogo no atendimento psicopedagógico no Ensino Superior é de prevenir e intervir nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, e pedagógicos do acadêmico.

Contexto em que Surge o Ensino Superior no Brasil

A história da educação superior no Brasil tem início no ano de 1808 com a vinda da Família Real para o Brasil, assim para que os filhos dos nobres tivessem ingresso no ensino superior, ainda tinham que se deslocar para outros países. Neste sentido, surge a necessidade da criação de algumas escolas superiores, as primeiras escolas de ensino superior foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia.

[...] com a vinda da Família Real para o Brasil, quando foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, e outra igual, no Rio de Janeiro. Tais escolas atualmente pertencem à Universidade Federal da Bahia e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, respectivamente. (GUILERME NETO, 2007, p. 72)

Cabe destacar que o ensino neste período tinha um caráter apenas profissionalizante, sem relação entre a pesquisa e o ensino, ainda que as escolas de ensino superior eram mantidas pelo Estado.

No Brasil Império e com a Proclamação da República, as tentativas da criação de novas universidades fracassaram, “mesmo com a Independência do Brasil, os planos de se fundar uma instituição universitária não se realizaram.” (GUILHERME NETO, 2007, p. 73). Até a Revolução de 1930, o ensino universitário no Brasil passou por várias alterações em consequência da publicação de diferentes documentos legais. “Esta fase caracterizou-se pela criação de várias universidades no país, amparadas por grande número de leis, portarias e reformas, o que significou

até então o máximo de cartorialismo no ensino superior brasileiro.” (GUILHERME NETO, 2007, p. 85).

No ano de 1931 três decretos regulamentaram o projeto de reforma do ensino universitário, o primeiro decreto foi o de nº 19.850 de 11 de abril, criado pelo Conselho Nacional de Educação; o segundo decreto nº 19.851, que é o primeiro Estatuto da Universidade Brasileira, e o terceiro decreto de nº 19.852 que tratou sobre a organização do ensino superior brasileiro.

Em 1932 surge o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, neste apresenta “uma concepção de Universidade aberta, plural, autônoma, já criticando os catedráticos e pregando uma formação universitária para todos os professores.” (BRAGA, 2001, p. 101).

Anos depois, em novembro de 1948 é encaminhado à Câmara Federal um anteprojeto de reforma geral da educação nacional, dando início a uma luta ideológica; depois de 13 anos de muitas discussões foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional.

O anteprojeto de lei, encaminhado em 1948, levou 13 anos para ser promulgado como a primeira LDB. Isso se deveu principalmente a posição do deputado Gustavo Capanema que recomendou seu arquivamento. Na época, competia ao Conselho Federal de Educação decidir sobre a autorização de funcionamento de IES oficiais e privadas, como também reconhecer seus cursos e outras atividades. (GUILHERME NETO, 2007, p. 91)

Foi no de 1961 que foi criada a Universidade de Brasília com o objetivo de dar um novo panorama no sentido acadêmico científico, porém no ano 1964, o golpe militar acaba com todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, o Regime Militar refletiu na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica.

No início da década de 80 o regime militar começa a perder força e a sociedade caminha em lento processo de democratização, neste sentido começam a surgir várias propostas para a reformulação das universidades.

No ano de 1988, a nova Constituição foi importante ponto para iniciar uma perspectiva de uma nova história. Nos anos 90, as políticas públicas são reformuladas por meio da reforma de Estado que causou modificações significativas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas

educacionais. O conjunto dessas ações no âmbito educacional resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB ressalva para a educação superior um conjunto de princípios que indicam alterações para esse nível de ensino, direcionando, de um lado, pelos processos de descentralização e flexibilização e, de outro, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos.

A Lei de Diretrizes e Bases diferencia-se em diversos pontos da antiga LDB. No que diz respeito à finalidade e objetivos da instituição superior, o projeto de lei retomava a Constituição e repetia o princípio da interação ensino-pesquisa-extensão. A nova LDB presume a possibilidade de universidade especializada por área do saber, em lugar da exigência de universalidade dos campos de conhecimento. Essa ideia, não é negativa na teoria, mas reflete uma divisão da ciência baseada no positivismo que desconhece a interdisciplinaridade e as convergências e divergências das áreas do conhecimento. Outro aspecto relevante da nova LDB estar relacionado aos tipos de instituições. Ela se refere de forma genérica a distinção da instituição de educação superior e a universidade. Define as atribuições de autonomia próprias somente de instituições credenciadas como universidades. Abre a possibilidade de extensão de algumas dessas prerrogativas também a instituições não universitárias, em decorrência de avaliação realizada pelo Poder Público.

Anos mais tarde, no Senado, Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto de Lei que foi aprovado em dezembro de 1996, assim com as alterações determinadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases, Lei Nº 9.394/96 inicia-se uma nova etapa na educação superior com mais exigências educacionais:

Eis então o que determina a nova LDB: a) criação de cursos sequenciais (já existentes em vários países); b) frequência de alunos; c) maior abrangência da IES de fato e de direito; d) maior abertura ao setor privado; e) diretrizes curriculares, f) novas formas de acesso; g) criação de centros universitários; h) avaliações periódicas para fins de credenciamento de cursos e de instituições. (GUILHERME NETO, 2007, p. 128).

Atualmente, o panorama universitário encontra-se em plena expansão, encontramos nas instituições inúmeros mecanismos que possibilitam o acesso à educação superior brasileira permitindo aos estudantes, de diferentes níveis sociais, ter acesso a cursos de graduação. Entretanto, não podemos esquecer que ainda

existem muitos aspectos que necessitam ser melhorados para a garantia da educação brasileira superior de excelência.

Estruturas do Ensino Superior no Contexto Atual

A educação superior precisa de uma reforma qualitativa em todos os seus aspectos. Melhoria do ensino, investimentos na estrutura física, compromisso real dos estudantes e professores com a pesquisa e extensão e a revisão da LDB no sentido de aprimorar e democratizar a educação.

A educação deve ser vista como agente transformadora da sociedade, já que graças a ela podemos mudar esse atual cenário desanimador e inquietante. O primeiro passo é se posicionar criticamente diante do vigente processo educacional. Depois propor e lutar pela implementação de uma educação mais humana e menos excludente. “A educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem.” (PINTO, 1986, p. 39).

Pensar a forma como o conhecimento será produzido, organizado e transmitido no futuro é um dos principais desafios que a universidade tem de enfrentar na atualidade. É preciso que a universidade se projete em longo prazo. Este é um desafio intelectual importante, que exige rigor e perseverança. A importância da construção de uma universidade comprometida com a democracia e socialmente responsável. Comprometimento democrático e responsabilidade social não significam militância, mas uma universidade que pensa o futuro, em como o conhecimento será produzido, organizado e compartilhado com as futuras gerações. E esta universidade além de tratar da característica administrativa e da organização acadêmica do sistema de Ensino Superior no Brasil, é fundamental também analisar as atividades de formação que são oferecidas pelas instituições que fazem parte desse sistema:

A universidade deve, hoje, ter um papel mais destacado como produtora do conhecimento. [...] Requer-se capacidade de adaptar-se rapidamente aos novos desafios, assimilar inovações e até estar à frente delas. Ou se vencem resistências e se muda ou não haverá futuro para a instituição. É preciso saber como fazer a transformação, torná-la minimamente traumática e maximamente produtiva, tarefa difícil, mas possível. (LUCCHESI, 2002, p. 121)

Procurando atender à demanda do mercado de trabalho e, em consequência, dos avanços e das transformações das necessidades e da realidade da educação e dos novos cenários e contextos, as instituições de Ensino Superior preparam-se para acompanhar essas transformações, principalmente no que tange ao processo ensino aprendizagem.

E nesse sentido, a qualidade da educação sempre é a meta em qualquer nível de ensino. Na educação superior esta exigência torna-se ainda mais complexa, visto que o MEC em seus diversos documentos orientadores apresenta elementos que compõe estas avaliações, assim é instituído o Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES) por meio da Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004 que estabelece as diretrizes, parâmetros e leis com a finalidade de garantir a qualidade de ensino. Entre as avaliações realizadas pelo SINAES o Exame Nacional Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia periodicamente os cursos de graduação atribuindo um conceito de 0 a 5.

Os desafios das universidades brasileiras são muitos. Destacamos a democratização, a descentralização, o equilíbrio regional e a melhoria das condições de permanência para os alunos, este sim é o mais significativo, pois um número significativo de alunos evade no primeiro semestre letivo. Muitas ações já podem ser presenciadas como o aumento do número de professores mestres e doutores, melhoria da atratividade da carreira acadêmica e a contratação de profissionais especializados em atender este aluno nas suas dificuldades, seja ela de adaptação ao meio acadêmico ou no ensino-aprendizagem. Essas dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos das instituições de Ensino Superior, sem um apoio especializado para sanar este problema, já é um problema discutido em muitas instituições de ensino superior tanto privado como públicas.

Considerando mais estritamente o perfil pedagógico dos alunos que ingressam no ensino superior, os dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (FRANCO, 2008), demonstram que o desempenho dos alunos egressos do ensino médio carece de desempenho plenamente satisfatório no que se refere às expectativas de aprendizagem para esta etapa. Certamente, não cabe defender a criação de mecanismos de freio do ingresso em escolas superiores, com a finalidade exclusivamente de seleção de elitização da educação superior. No entanto, diante dos resultados mais recentes, a

educação básica tem se mostrado deficitária e a etapa seguinte muitas vezes precisa desempenhar a função compensatória.

Assim, deseja-se, por exemplo, currículos capazes de delinear experiências de aprendizagem por meio das quais os estudantes cultivem o pensamento crítico e reflexivo, desenvolvam capacidades de elaboração teórico-conceitual, aprendam a resolver problemas complexos, e que elaborem competências coerentes às novas exigências do mundo do trabalho. Mas as transformações desejadas no currículo devem incluir, entre outros itens, uma revisão nos fundamentos, as práticas de avaliação da aprendizagem, o processo ensino-aprendizagem dos educandos desse nível de ensino. Para contribuir na solução de parte destes problemas, defendemos aqui a psicopedagogia, que tem um amplo campo de conhecimento e atuação que lida com os problemas de aprendizagem nos seus padrões normais ou patológicos, considerando a influência do meio, da escola e da sociedade no seu desenvolvimento e utilizando técnicas próprias. Assim, a Psicopedagogia pode realizar um trabalho que congregue os muitos profissionais da educação, visando à descoberta e ao desenvolvimento das capacidades dos alunos.

Perspectiva Histórica da Psicopedagogia

A Psicopedagogia tem sua origem histórica na Europa por volta do século XIX, com o enfoque médico sobre as dificuldades de aprendizagem, neste período surge à preocupação sobre os aspetos que influenciavam na aprendizagem, no entanto, acreditava-se que a origem dos problemas de aprendizagem eram fatores orgânicos, desta maneira era assim que, tanto médicos e educadores, norteavam seu trabalho.

A crença de que os problemas de aprendizagem eram causados por fatores orgânicos perdurou por muitos anos e determinou a forma de tratamento dada à questão do fracasso escolar até bem recentemente. Podemos verificar essa concepção organicista de “problema de aprendizagem” em vários trabalhos que tratam da questão como “distúrbios”, onde em geral a sua causa é atribuída a uma disfunção do sistema nervoso central (BOSSA, 2007, p. 50).

Anos depois, em meados dos anos 60, a Psicopedagogia aparece no Brasil com vertente de pressupostos teóricos Argentinos, além das “influências americanas e europeias na formação da identidade de nossa psicopedagogia, os conhecimentos

transmitidos por profissionais argentinos contribuíram para a construção do nosso conhecimento psicopedagógico” (SÀ, 2008, p. 10).

Por volta de 1970 são criados os primeiros cursos de Psicopedagogia no Brasil voltados para completar a formação do psicólogo e do educador, estes cursos em sua abordagem buscam entender os processos de aprendizagem nos aspectos cognitivos, sociais e biológicos. Com este enfoque o psicopedagogo “recorre a outras áreas, como a Filosofia, a Neurologia, a Sociologia, a Linguística e a Psicanálise no sentido de alcançar compreensão desse processo” (BOSSA, 2007, p. 27).

Atualmente o psicopedagogo em sua formação é um profissional com desenvolvimento acadêmico interdisciplinar, tendo como seu objeto de estudo a aprendizagem do sujeito, esta que é complexa e envolve múltiplos fatores:

[...] em relação ao objeto de estudo da Psicopedagogia sugerem que há um certo consenso quanto ao fato de ela deve ocupar-se em estudar a *aprendizagem humana*, porém é uma ilusão pensar que tal consenso nos conduza, a todos, a um único caminho. O tema aprendizagem apresenta tamanha complexidade que tem a dimensão da própria natureza humana e caberia um outro ensaio para tratá-lo. É importante, no entanto, ressaltar que a concepção de *aprendizagem* é resultado de uma visão de *homem*, e é em razão desta que acontece a práxis psicopedagógica. (BOSSA, 2007, p. 22).

Este profissional pode atuar com a prevenção, diagnóstico e intervenção dos sujeitos em suas dificuldades de aprendizagem e, concomitante a sua prática com uma equipe multidisciplinar de profissionais. Ademais, a Psicopedagogia possibilita verificar as possibilidades de aprendizagem do aluno, bem como sua disponibilidade cognitiva, afetiva, psicológica, orgânica e social para o aprender.

O Psicopedagogo, com a formação adequada, estará habilitado a trabalhar na parte clínica e institucional, no seu trabalho diário ele utilizará de diversas teorias para embasar a sua prática e abordará tanto os aspectos clínicos como institucionais em um mesmo sujeito, visto que um auxiliará o outro para a realização de um diagnóstico.

No que se refere ao âmbito institucional, o Psicopedagogo poderá intervir buscando incentivar os processos de ensino-aprendizagem, principalmente nas escolas, auxiliar/buscando adequar o ambiente as demandas sociais existentes, instigando a prática de projetos que estimulem a independência e a melhora das

questões que impedem a aprendizagem, além disso, contribui na prevenção das dificuldades de aprendizagem auxiliando docentes nas questões pedagógicas:

Em especial na escola, o psicopedagogo poderá contribuir no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem que não tem causa apenas deficiências do aluno, mas que são consequências de problemas escolares, tais como a organização de instituição, dos métodos de ensino, da relação professor-aluno, da linguagem do professor, entre outros (SÁ, 2008, p. 17).

No campo clínico o psicopedagogo poderá atuar na prevenção das dificuldades, neste sentido o profissional visa localizar as prováveis dificuldades que surgirão no processo de aprendizagem, este trabalho de prevenção é imprescindível, pois se encontrado uma provável dificuldade ainda não evidenciada, muitos outros futuros problemas serão sanados ou nem aparecerão:

O trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros. O trabalho preventivo, numa abordagem psicopedagógica, é sempre clínico, levando em conta a singularidade de cada processo (BOSSA, 2007, p. 32).

Também na clínica, o profissional usa de diversos instrumentos para realizar o diagnóstico do sujeito com o objetivo de descobrir os aspectos que estão intervindo em sua não aprendizagem, deste modo o psicopedagogo adquire uma postura investigativa em cada caso, pois as situações têm peculiaridades e demandam uma cuidadosa abordagem.

Todo diagnóstico Psicopedagógico é, em si, uma investigação, é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será portanto o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e, na maioria das vezes, da escola. [...] Nessa investigação não se pretende classificar o paciente em determinadas categorias nosológicas, mas sim obter uma compreensão global da sua forma de aprender e dos desvios que estão ocorrendo nesse processo (WEISS, 2008, p. 29).

É importante ressaltar que o âmbito de trabalho do psicopedagogo não se restringe apenas a escola, pois é compreendido que, onde há um ambiente em que exista a aprendizagem dos sujeitos, este profissional poderá estar presente auxiliando e intervindo neste processo tão importante em nossas vidas.

A Psicopedagogia e Estudantes Universitários

O aluno ao ingressar na universidade se depara com uma realidade educacional diferente da vivida em anos escolares anteriores. As dúvidas do calouro sobre o curso, professores e funcionamento da instituição se não sanadas geram insegurança em relação aos processos em que o aluno está inserido, principalmente em relação ensino-aprendizagem.

De acordo com Deaquino (2007) no que se refere à aprendizagem dos acadêmicos diz que:

Ao ingressarem na universidade, apresentam uma grande dificuldade de se libertarem da abordagem não reflexiva e direcionada [...] Na primeira semana de aula, já percebem que estão no lugar errado, pois alguns professores agem de modo completamente dissonante daquele com que eles estão acostumados, ou seja, cobram deles posturas críticas e capacidade de reflexão sobre o que está sendo aprendido. Isso desestimula e faz com que muitos desistam do curso ou passem a “empurrar com a barriga” os estudos superiores, continuando a funcionar da maneira como faziam antes. (DEAQUINO, 2007, p. 16).

Levando em consideração as dificuldades de aprendizagem no ambiente acadêmico podem configurar insucessos por parte da Instituição de Ensino Superior no ranking qualitativo do cenário educacional e do cenário profissional. Os objetivos e fins estabelecidos pela legislação em vigor não são efetivados e as habilidades e competências dos egressos dos cursos de graduação não são totalmente construídas em decorrências de diversos fatores que dificultam o processo educacional no Ensino Superior. Segundo Ferraz e Pereira (2002, p. 150):

Dentre as causas mais comumente identificadas como explicativas do insucesso acadêmico, destacam-se, como transversais, os fatores relacionados com o processo de transição/adaptação ao ambiente da Educação Superior, dos quais se salientam os problemas de natureza acadêmica (organização curricular, métodos de estudo, estresse e ansiedade aos exames, entre outros) e os fatores relacionados com o desenvolvimento pessoal.

Atualmente na universidade encontramos um diversificado grupo de aluno oriundo de realidades diferentes. Muitas vezes, o aluno que ingressa na graduação traz consigo dificuldades de anos escolares anteriores, estas dificuldades vão desde a adaptação ao contexto universitário até a aprendizagem de novos conceitos e sua aplicabilidade. Portanto independentemente “das circunstâncias pessoais, todos eles tem em comum uma ansiedade natural ocasionada por uma ou mais aspectos, no

que tange à sua capacidade pessoal em concluir mais esta etapa de formação educacional.” (DEAQUINO, 2007, p. 64).

A preocupação com a aprendizagem é tão importante que, em um dos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, o atendimento aos discentes é considerado como umas das dimensões avaliadas na instituição de ensino.

A obrigatoriedade do atendimento a estudantes universitários está previsto pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 em que diz:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: [...] IX - políticas de atendimento aos estudantes (BRASIL, 2004);

A partir do que a Lei apresenta e diante dos desafios atuais da universidade, o trabalho do psicopedagogo perpassa os níveis básicos de ensino e de forma significativa vem contribuir para as questões de aprendizagem no ensino superior.

Neste sentido, já que o objeto de estudo do psicopedagogo institucional é a “construção do conhecimento do sujeito, que neste momento é a instituição, com sua filosofia, valores e ideologia.” (BOSSA, 2007, p. 87), deste modo psicopedagogo na instituição de ensino superior trabalhará com as questões relacionadas as dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos buscando identifica-las e, quando pertinente, realizar a intervenção.

É importante destacar que a intervenção no ensino superior com o enfoque educacional não se refere a um reforço das dificuldades, mas a possibilidade de expansão das habilidades do aluno e, igualmente com os demais envolvidos no processo, com a finalidade de enriquecedor o ensino-aprendizagem, conforme SOLÉ (2001, p. 47) nos diz que:

O processo de intervenção que se desencadeia diante de uma dificuldade ou de um comportamento disruptivo não pode, em consequência, centrar-se exclusivamente no “portador” do problema, [...] por isso, quando se trabalha a partir de um enfoque educacional, embora o desencadeante seja a situação de um aluno, amplia-se o foco e incorpora-se o contexto ou contextos nos quais a disfunção se apresenta e se mantém. Daí a tendência a fazer intervenções com os agentes educacionais

Na universidade o psicopedagogo ainda atuará com enfoque preventivo no assessoramento dos alunos, professores e na instituição de ensino nos aspectos pedagógicos que norteiam a sua prática.

A psicopedagogia, no âmbito da sua atuação preventiva, preocupa-se especialmente com a escola. Dedicando-se a áreas relacionadas ao planejamento educacional e assessoramento pedagógico, colabora com os planos educacionais [...] realizando diagnóstico institucional e propostas operacionais pertinentes. (BOSSA, 2007, p. 89)

A garantia da qualidade na aprendizagem do aluno ao longo da trajetória acadêmica deve ser prioridade nas instituições de ensino, já que o ingresso na universidade traz consigo novas perspectivas de emancipação profissional e pessoal. Além disso, a cada acadêmico que chega ao final da graduação estará apto a atuar em diferentes segmentos da sociedade levando consigo a formação adquirida na universidade.

Portanto, faz-se necessário pensar em uma equipe qualificada que assessore os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem no decorrer da sua graduação e que os acolha em sua adaptação às exigências educacionais da universidade garantindo uma aprendizagem com significado para o discente.

Contribuições da Psicopedagogia no Ensino Superior para o Desenvolvimento de Aprendizagens Significativas

O processo de aprendizagem é constante e acontece em todas as fases da vida do ser humano, aprender é um complexo processo que envolve fatores emocionais, cognitivos e psicossociais. É por meio da instituição de ensino que a aprendizagem será formalizada, portanto o indivíduo adquirirá conhecimentos indispensáveis para a inserção na sociedade letrada. Segundo BOSSA (2007, p. 31):

A aprendizagem, afinal, é responsável pela inserção da pessoa no mundo da cultura. Mediante a aprendizagem, o indivíduo se incorpora ao mundo cultural, com uma participação ativa, ao se apropriar de conhecimentos e técnicas, construindo em sua interioridade um universo de representações simbólicas.

Neste sentido, estudiosos que abordam sobre o assunto dizem que para haver a aprendizagem é necessário que a mesma produza significado para o aprendiz, no que se refere à teoria da aprendizagem significativa Moreira (1999, p. 153) em diz que:

Para Ausubel, aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica. [...] A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação ancora-se em *conceitos ou proposições relevantes*, preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz.

Rogers (MOREIRA, 1999), com enfoque mais amplo, em sua teoria de “aprendizagem significativa” complementa dizendo que uma das principais finalidades da educação é a “facilitação da aprendizagem” do sujeito, neste sentido sugere uma série de princípios de aprendizagem no qual diz que:

1. Seres humanos tem potencialidade natural para aprender. 2. A aprendizagem significativa ocorre quando a matéria de ensino é percebida pelo aluno como relevante para seus próprios objetivos. [...] 6. Grande parte da aprendizagem significativa é adquirida através de atos. 7. A aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsavelmente do processo de aprendizagem. 8. A aprendizagem autoiniciada que envolve a pessoa do aprendiz como todo – sentimentos e intelecto – é mais duradoura e abrangente. [...] 10. A aprendizagem socialmente mais útil, no mundo moderno, é a do próprio processo de aprender, uma contínua abertura à experiência e à incorporação, dentro de si mesmo, do processo da mudança. (MOREIRA, 1999, p. 142)

Tanto na teoria de Ausubel quanto na de Rogers é destacado a importância de relacionar os conhecimentos adquiridos com a realidade. Em relação à aprendizagem de adultos é por meio da andragogia que busca-se explicar a forma como o adulto aprende, segundo Deaquino (2007, p. 11) “a “andragogia”, inicialmente definida como a arte e a ciência de ajudar os adultos a aprender – por Malcolm Knowles (1913-1997), que desenvolveu uma base conceitual diferenciada para a educação e para a aprendizagem de adultos tornando a andragogia amplamente discutida e utilizada. Seus trabalhos foram de crucial importância para orientar educadores de pessoas adultos a assumir uma postura de “ajudar pessoas a aprender”, em vez de simplesmente “ensiná-las” e com isso apresenta-se atualmente, como uma alternativa à pedagogia e refere-se à educação centrada no aprendiz para pessoas de todas as idades.”

Andragogicamente, o processo de ensino aprendizagem baseia-se na aprendizagem compartilhada nas experiências entre docente e discente, de acordo com Knowels (apud, DEQUINO, 2007, p. 11) “o modelo de aprendizagem dos adultos fundamenta-se em quatro proposições com o foco na capacidade, necessidade e no desejo de aprender”, a saber:

1. Seu posicionamento muda da dependência para a independência ou autodirecionamento.
2. As pessoas acumulam um “reservatório” de experiências que pode ser usado como base sobre a qual será construída a aprendizagem.
3. Sua prontidão para aprender torna-se cada vez mais associada com as tarefas de desenvolvimento de papéis sociais.
4. Suas perspectivas de tempo e de currículo mudam do adiamento para o imediatismo da aplicação do que é aprendido e de uma aprendizagem centrada em assuntos para outra, focada no desempenho. (DEQUINO, 2007, p. 11)

Visto que a andragogia apresenta uma nova visão para a aprendizagem dos adultos, do mesmo modo o trabalho psicopedagógico na instituição de ensino superior contribuirá para investigar os obstáculos ocorridos no processo de aprendizagem do acadêmico.

O psicopedagogo institucional na universidade buscará estratégias que viabilizem a aprendizagem dos acadêmicos reavaliando os processos na qual o sujeito está inserido, nesta constante busca que o psicopedagogo encontrará a resposta dos fatores que impedem o adulto de aprender. Um a vez que identificado às dificuldades na não aprendizagem do sujeito, o profissional poderá intervir de forma adequada com todos os integrantes do processo de ensino aprendizagem e também orientar como o universitário poderá aprender. A finalidade de psicopedagogo institucional segundo Solé (2001, p. 56):

Com relação aos objetivos, em um modelo educacional construtivista considera-se que o psicopedagogo contribui, com o assessoramento que proporciona, para a conquista dos objetivos da própria instituição, ou seja, fazer com que cada aluno progrida na sua aprendizagem e desenvolvimento pessoal, articulando para isso os meios necessários.

Rincón Igea (2005, p. 95) propõe que na universidade seja trabalhada nos acadêmicos:

[...] quatro áreas com a finalidade de desenvolver o discente em sua totalidade nas quais destaca: a) orientação para o desenvolvimento da carreira; b) estratégias de aprendizagem; c) atenção à diversidade; d) prevenção e desenvolvimento humano.

Recentemente o trabalho psicopedagógico ultrapassa o ambiente escolar e vem fornecer importantes subsídios para o meio universitário, surge à preocupação das instituições de ensino superior em garantir a aprendizagem dos alunos refletindo em uma formação profissional de qualidade.

Conforme diz Bortolanza (2002, p. 57): “integrar-se num grupo, assimilar e assumir uma cultura universitária é uma tarefa complicada para os estudantes. Os jovens enfrentam dificuldades em vários níveis sociocognitivos e dilemas interiores, os quais, não raro, os fazem parar de aprender”. E o autor afirma ainda que “[...] o processo de educação não pode acontecer separado do processo material da existência”.

Assim observado, as universidades precisam desenvolver programas que possibilitem aprofundar nas realidades coletivas e individuais de seus alunos, compreendendo e buscando sanar os possíveis fatores que possam interromper ou dificultar o processo ensino-aprendizagem.

A partir desta perspectiva algumas universidades estão criando núcleos de atendimento psicopedagógico com objetivo de atender as necessidades dos acadêmicos oriundas do processo de ensino aprendizagem. Neste aspecto o psicopedagogo atuará diretamente com as questões da aprendizagem trabalhando de forma terapêutica e/ ou preventiva com o universitário.

O núcleo de atendimento psicopedagógico poderá ser constituído por uma equipe multidisciplinar, o público alvo para a realização de atendimentos são os acadêmicos dos cursos que apresentam dificuldades, neste grupo inclui-se desde dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico até as dificuldades de aprendizagem propriamente ditas.

No primeiro momento a proposta de trabalho do núcleo de atendimento psicopedagógico será de receber as demandas advindas tanto dos discentes quanto os encaminhamentos dados pelos docentes, em seguida realiza-se um diagnóstico para identificar o problema e o posteriormente é apresentado à proposta de intervenção com o acadêmico.

Como observamos o apoio psicopedagógico aos alunos universitários, a atuação do profissional é mais abrangente do que se supõe. O atendimento a esses alunos deve considerar que, na sua maioria, encontram-se num momento de passagem da adolescência para a fase adulta, período complexo, no qual há uma

busca da identidade pessoal, profissional e posterior inserção no mercado de trabalho. Com isso, a busca da identidade, através de recursos psicopedagógicos, pode ser um meio de ajuda ao aluno no contexto universitário, e orientar o docente na identificação e auxílio aos alunos que apresentam comportamentos de aparente incapacidade, desinteresse e inatividade e nesse sentido buscamos subsídios para o trabalho do psicopedagogo.

Com esta perspectiva, o assessoramento psicopedagógico busca auxiliar o acadêmico em suas necessidades mostrando ao longo da intervenção a superação da sua dificuldade. Também o trabalho psicopedagógico na universidade vem contribuir para a prevenção de possíveis problemas que poderão surgir ao longo da graduação. Enfim, institucionalmente o psicopedagogo no ensino superior compreenderá das modalidades de ensino-aprendizagem que compõe a universidade e contribuirá para que todos os envolvidos possam ter êxito em suas atividades acadêmicas.

Conclusão

A universidade tem como objetivo servir de instrumento à promoção sistemática da cultura e de estímulo ao progresso, segundo as necessidades do meio social, que ao mesmo tempo ela reflete e modela. É nesse contexto que o aprendiz ingressa, com sua vontade de aprender, estabelece novos vínculos discentes e docentes. Contudo, ao longo do percurso acadêmico, surgem as dificuldades dentro e fora da sala de aula, tanto no rendimento quanto na integração ao ambiente da universidade.

No que se refere ao processo de ensino aprendizagem no ensino superior, este é acrescido de exigências educacionais complexas, já que ao longo da graduação o acadêmico deverá obter diversas competências e habilidades para a formação da sua identidade profissional assim, para que tenha êxito em seu desenvolvimento profissional à aprendizagem precisa ser significativa para o discente e que este possa contribuir para transformar o meio produzindo novos conhecimentos.

É neste cenário que o psicopedagogo traz valioso subsídio: identificar os obstáculos que impedem o sucesso do discente ao longo do processo de ensino aprendizagem, e por meio da intervenção promover a aprendizagem do universitário

apresentando novas perspectivas de como poderá a aprender, deste modo possibilitando o desenvolvimento humano de acadêmico.

Nesse sentido, Pimenta (2002, p. 97) acredita que “a educação, enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade; ao mesmo tempo em que projeta a sociedade que se quer”. E continua afirmando que “[...] o ensino na universidade, por sua vez, constitui um processo de busca, de construção científica e de crítica ao conhecimento produzido, ou seja, ao seu papel na construção da sociedade” (PIMENTA 2002, p. 164).

Com isso, a função do psicopedagogo no atendimento psicopedagógico no Ensino Superior visa prevenir e intervir nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, e pedagógicos do acadêmico, oferecendo ao mesmo suporte, atuando sobre os múltiplos fatores que possam interferir, no seu desenvolvimento integral, nas questões ligadas a aprendizagem. Como também oferecer subsídios para que os docentes trabalhem com os acadêmicos em sala de aula, assumindo transformações necessárias, e buscando sempre soluções apropriadas às demandas emergentes.

Ao findar deste trabalho destacamos que nas pesquisas realizadas encontramos uma vasta literatura que aborda o trabalho de intervenção do psicopedagogo em relação às dificuldades de aprendizagem no decorrer dos anos letivos desde a educação infantil até os anos finais da educação básica. Porém, quando nos reportamos para o ensino superior, as questões relativas às dificuldades de aprendizagem, importantíssima no dia a dia dos acadêmicos, nos deparamos com uma literatura restrita. Além de cooperar para a ampliação literária deste assunto, neste trabalho visamos apresentar a contribuição do psicopedagogo no ensino superior, pois acreditamos que, mais do que profissionais que se formam na Universidade, o diploma é conferido a uma pessoa que será capaz de colaborar crítica e ativamente para uma sociedade mais justa e solidária.

Referências

BORTOLANZA, Maria de Lourdes. **Insucesso acadêmico na universidade abordagens psicopedagógicas**. Erechim: EDIFAPES, 2002.

BOSSA, Nádya A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

BRAGA, Ronald. **As reformas universitárias no Brasil**: uma análise crítica, histórico-prospectiva. (Tese Doutoral). Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 10861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

DEAQUINO, Carlos Tasso Eira. **Como aprender**: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FERRAZ, Maria Fernanda; PEREIRA, Anabela Souza. A dinâmica da personalidade e o homesickness (saudades de casa) dos jovens estudantes universitários. **Revista psicologia saúde e doenças**, v3, n2, 2002.

FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino superior no Brasil: cenários, avanços e contradições. **Jornal de políticas educacionais**, n. 4, p. 53-63, jun./dez. 2008.

GUILHERME NETO, Marback. **Avaliação**: instrumento de gestão universitária. Vila Velha: Hoper, 2007.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. **A universidade no limiar do terceiro milênio**: desafios e tendências. Santos: Leopoldianum, 2002.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.
PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. Conceito de educação. In: _____. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1986.

RINCÓN IGEA, Benito del. Trad. Antonio Feltri. **Presente e futuro do trabalho psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão et al. **Introdução à psicopedagogia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

SOLÉ, Isabel. **Orientação educacional e intervenção psicopedagógica**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.